

ILMO SENHOR PREGOEIRO DA COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO -
CASAN

Ref: Licitação Pregão Presencial nº 081/2014

LOCADORA DE VEICULOS SANTA CRUZ LTDA, concorrente na licitação em epígrafe identificada, com amparo no art. 5º inciso XXXIV da carta Magna e ainda nos artigos 4º, 43§5º e 109 da Lei 8.666/93, alterada pelas Leis 8.883/94 e 9.648/98, vem respeitosamente,

RECURSO ADMINISTRATIVO

pelo que passa a expor e requerer o que segue:

I - O INJUSTO-ILEGAL JULGAMENTO, CONTRÁRIO AS REGRAS EDITALÍCIAS E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.

Senhores Julgadores, na data de 06/08/2014, participamos do presente procedimento licitatório, o qual tem como objeto a locação de veículos para a matriz e superintendência da Casan.

Após a fase lances, ficou classificada em primeiro lugar a empresa MACROMAQ COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS E PEÇAS LTDA, em segunda colocação a empresa QUALITY ALUGUEL DE VEICULOS LTDA e em terceira colocação a empresa ora Recorrente.

Posteriormente, foi realizada a análise da documentação da proponente que apresentou a melhor oferta, estando a mesma, segundo o Pregoeiro, em conformidade com o instrumento convocatório, declarando a mesma vencedora.

Concomitantemente o representante da Recorrente apresentou sua intenção de recurso, salientando que os modelos/marcas dos veículos ofertados pelas outras participantes não atendem a especificação técnica da CASAN. Ademais, referimos que os atestados da vencedora não contem informações suficientes como CNPJ e outros que possam identificar o tomador do serviço.

Vejamos as razões que levam a reforma do presente julgamento.

Primeiramente, refere o edital em seus itens 1.1.22 e 1.1.34 do ANEXO I (Especificação técnica dos veículos) que:

“VEÍCULOS TIPO 1.0 HATCH DE USO ADMINISTRATIVO

ITEM 1. 62 (sessenta e dois) Veículos tipo Hatch 1.0

1.1.22. Acionamento elétrico de fábrica dos vidros.”

1.1.34. Encosto de cabeça com regulagem vertical para todos os ocupantes”

Assim, aduzem tais itens claramente que devem os veículos a serem fornecidos possuir vidros elétricos de fábrica nas 04 portas, bem como encosto de cabeça para todos os ocupantes.

Ademais, analisado o esclarecimento nº 02, questionamento 1.1 – Item 1.1.2.2 – Acionamento elétrico de fábrica dos vidros, foi ESCLARECIDO PELA CASAN QUE SERÁ EXIGIDO ACIONAMENTO ELÉTRICO DE FÁBRICA DOS VIDROS EM TODAS AS PORTAS (DOC.01).

Analisando as propostas dos licitantes concorrentes, em especial a proposta do primeiro e segundo colocados, constata-se claramente que os mesmos ofereceram veículos que NÃO atendem o edital, sendo eles respectivamente PALIO FIRE e UNO.

Salienta-se que o UNO não tem vidros elétricos nas portas traseiras e o PALIO FIRE além de não ter o vidro nas portas traseiras, não tem encosto de cabeça central no banco traseiro, tendo apenas 02 encostos nos bancos laterais.

Para comprovar o antes dito, segue anexo informações retiradas do site da Fiat, bem como **E-mail trocado com o responsável regional de vendas da Fiat e Declaração obtida junto a concessionária da Fiat informando que os veículos UNO E PALIO FIRE não possuem acionamento elétrico de fábrica dos vidros em todas as portas e encosto de cabeça para todos os ocupantes.(DOC.02).**

Ainda no (DOC.02), Nos documentos retirados do site da Fiat também pode-se observar a diferença de preços que há entre o veículo oferecido pela Recorrente e que atende as especificações do edital e os veículos oferecidos pelas demais licitantes, isso por si só já demonstra como a Recorrente não poderia competir em situação de igualdade com os demais licitantes que ofereceram algo diferente do edital.

Ainda, objetivando auxiliar o M.D Pregoeiro, segue anexo editais e atas **(DOC.03)** de procedimentos licitatórios com o mesmo objeto do presente, onde o licitante foi desclassificado **por ter apresentado veículo com características diferente do exigido na especificação técnica do edital. CASO PRESENTE!**

- Em Anexo, Edital e Ata do IPEM-PR (Inmetro): **ver páginas 63 e 86 do recurso.**
- Edital e Ata da Governo de São Paulo, Casa Civil: **ver páginas 108, 144 e 145 do recurso.**

Portanto, M.D Pregoeiro, os veículos ofertados pelos licitantes, em especial pelo primeiro e segundo colocados, não estão de acordo com as exigências do edital.

Por segundo, relativamente aos atestados de capacidade técnica apresentado pela licitante vencedora MACROMAC, constata-se que os mesmos não estão de acordo com o exigido em edital e na Lei nº 8.666/93 e Lei nº 10.520/2002.

É consabido que o princípio da vinculação dos peticionantes às regras editalícias, alinhadas à legislação, obriga o cumprimento estrito das mesmas, sob pena de afastamento do certame do concorrente faltoso. Assim, as comprovações documentais habilitatórias exigidas em Edital, no que se refere ao seu conteúdo e forma, são da maior relevância ao tratamento equânime-isonômico dos interessados, servindo tal regra basilar de parâmetro técnico-legal aos julgadores.

Analise e demonstre o erro no julgamento recursal.

M.D Pregoeiro, ao realizarmos uma leitura dos atestados fornecidos pela licitante vencedora, constata-se que é impossível verificar o tomador do serviço/contratante, pois não há CNPJ, endereço e outros itens que possam identificar o mesmo.

Ainda, constata-se que os atestados não possuem similaridade com o objeto da licitação com relação a prazo, pois não há o prazo de início do contrato e informações seguras acerca do tempo de contrato.

Sendo assim, descumpriu claramente o item 9.5.1, letra "a" d edital, a licitante MACROMAC.

Em face desta constatação, e outras razões de foro subjetivo, é que deverá ser apurado a veracidade de conteúdo de tal atestado, sendo indispensável a tanto não só apresentação do contrato entabulado entre as partes, o qual pode ser realizado a qualquer momento com data retroativa, mas sim a efetiva apresentação dos faturamentos então havidos, em especial as Notas Fiscais acerca do serviço prestado e os comprovantes de recolhimento de impostos.

Tal esclarecimento é necessário e não significa a priori a falsidade em determinado de tal atestado, e deve ser levado a efeito (através da legal diligência) para que não pairam dúvidas sobre o

tratamento isonômico dos licitantes. Assim é o poder-dever desse colegiado agir diante desta grave suspeição documental ora suscitada.

Nesse diapasão, em consonância com o previsto no art.43, § 3º da LEI 8.666/93, cumpre salientar que o esclarecimento deverá ser prestado pela licitante MACROMAC está de acordo com o referida regra legal.

§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

Neste amparo legal, havendo fundadas razões – caso presente – restará impositivo à COMISSÃO JULGADORA deferir a diligência ao esclarecimento necessário reclamado pelo licitante.

E, se o licitante reclamado não apresentar espontaneamente os documentos necessários ao esclarecimento necessário, poderá e deverá ser oficiado diretamente o emitente do ATESTADO para que forneça os esclarecimentos devidos. Isso em homenagem a moralidade e legalidade procedimental licitatória.

E o que ora se requer, como condição *sine qua non*, ao seguimento desta licitação pública.

No caso, deve ser realizado um reexame em tal atestado, onde restará cabalmente comprovado o antes dito, o que inabilita a Recorrida MACROMAC no procedimento licitatório.

Senhores Julgadores, esta falha antes apontada é grave e enseja a retificação do julgamento habilitatório da presente licitação.

O melhor direito amparo o ato revisional ora pleiteado, eis que, nos termos já sustentados preambularmente, o que não se admite é convalidação administrativa de ilegalidade.

II – O DIREITO E A LEGISLAÇÃO INCIDENTE AMPARAM ESTA RECORRENTE

Efetivamente, não pode prosperar (e não se conformará esta Recorrente) julgamento que se revela permeado de nulidades, contrários à legalidade licitatória, em afronta aos direitos básicos dos licitantes.

Sem duvidar, esta Recorrente optou por exercer seus direitos na plenitude e não se conformará com decisão administrativa desamparada legalmente ou fora do com isonômico irretorquível. – tal qual se verifica nesse julgamento ora atacado plasmado de excesso de discricionariedade no ato de julgar e que transborda os limites edatalícios-legais.

Vem a calhar a assertiva citada por Waline, *in Droit Administratif*:

O moleiro diante do déspota esclarecido Frederico II da Prússia, o qual agia pensando ter poderes ilimitados, ao mandar destruir um moinho que reduzia a vista de seu Castelo de Potsdan, teve a resposta de seu súdito, exclamando enérgico e confiante: “ HÁ JUÍZES EM BERLIM!”

Se sabe, em se tratando do procedimento público licitatório, o julgamento não pode extrapolar as regras editalícias ou dar-lhes interpretação diversa e contrária ao prescrito. Esse proceder (dever inarredável do servidor) é uma imposição à indispensável legalidade licitatória. **Afora isso é a ILEGALIDADE.**

Nesse sentido, o especialista Mariense Escobar, em sua obra Licitação, 1a. ed., 1993, ensina:

"Princípio da legalidade - O princípio da legalidade traduz a obrigatoriedade de o administrador público sujeitar-se às prescrições da lei e a fazer exclusivamente o que a lei autoriza que se faça. Na licitação, também significa que o procedimento se vincula, em todos seus atos e termos, aos preceitos legais e regulamentares pelos quais se rege. A eficácia da atividade administrativa está condicionada ao atendimento da lei. E a integral submissão à Lei que constitui o princípio da legalidade."

Então, o julgamento deve representar simplesmente a confrontação entre o requerido nas regras editalícias-legais e o apresentado pelos licitantes. Nada mais.

De outro lado, a Lei regulamentadora de dispositivo constitucional (8.666/93) instituiu as normas gerais aplicáveis a Administração Pública Brasileira e consigna, expressamente:

"Art. 3º - A Licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos."

Já o art. 4º da Lei das licitações assegura:

"Todos quantos participem de licitação promovida pelos órgãos ou entidades a que se refere o art. 1º têm direito público subjetivo à fiel observância do pertinente procedimento estabelecido nesta lei."

A estrita vinculação do julgamento licitatório às normas legais incidentes é impositivo em se tratando de licitação pública:

É o que deflui dos art. 44 e 45 da Lei das Licitações. Vejamos essas determinações legais, que coarctam os julgadores dos certames licitatórios, nos termos dos documentos válidos que lhes foram apresentados pelos licitantes, cerceando sua avaliação subjetiva no seu ato de julgar aquele certame.

Art. 44 - No julgamento das propostas, a comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou convite, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos por esta lei.

§ 1º É vedado a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso, secreto, subjetivo ou reservado que possa ainda que indiretamente elidir o princípio da igualdade entre os licitantes.

Art. 45 - O julgamento das propostas será objetivo, devendo a Comissão de licitação ou o responsável pelo convite realizá-lo em conformidade com os tipos de licitação, os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelos órgãos de controle.

Vem a calhar as palavras do jurista Hely Lopes Meirelles, lecionando sobre a igualdade de tratamento a ser assegurada aos interessados(licitantes) em contratar com a Administração Pública:

“a igualdade entre os licitantes é princípio impeditivo de discriminação entre os participantes do certame, quer através de cláusulas, que no Edital ou no convite favoreçam uns em detrimento de outros, quer mediante julgamento faccioso que desiguale os iguais ou iguale os desiguais (Estatuto , artigo 3º.,parágrafo 1º). O desatendimento a esse princípio constitui a forma mais insidiosa de desvio de poder, com que a administração quebra a isonomia entre os licitantes, razão pela qual o judiciário tem anulado editais e julgamentos em que se descobre a perseguição ou o favoritismo administrativo.”

Já Diógenes Gasparini, em sua atualizada obra Direito Administrativo Brasileiro, assevera a importância do atrelamento à legalidade da atividade administrativa:

“O princípio da legalidade...significa estar a administração pública, em toda a sua atividade presa aos mandamentos da lei, deles não se podendo afastar, sob pena de invalidade do ato e a responsabilização de seu autor.”

Com efeito, os benefícios com que a ordem jurídica instrumenta e protege a Administração, não lhe são deferidos em homenagem a ela própria; não se constituem em deferências para com o sujeito, para com a pessoa estatal; são lhe outorgados em favor do interesse público entregue a sua compita e de que deve curar.

Daí, a legislação aplicável às licitações estabelecer, minudentemente, nos seus artigos iniciais (arts. 2º a 4º da Lei 8.666/93) as obrigações e responsabilidades a que se sujeitam todos – licitadores e licitantes, especialmente os que têm a função de agir e decidir em nome de determinada esfera da Administração Pública.

De outro ângulo, a Autoridade Pública tem o poder-dever de anular atos viciados de ilegalidade. A teoria jurídica tradicional balizada no Código Civil é encampada pelo art.49 da Lei das Licitações e determina à Administração a **anulação de qualquer ato praticado no procedimento (julgamento) licitatório que venha a saber defeituoso por vício de ilegalidade.**

Assim, tendo a Autoridade Administrativa, tomado conhecimento, quer por licitante, servidor, por qualquer cidadão e, **especialmente via recurso administrativo tempestivo de licitante,** de que determinado ato licitatório foi procedido afrontando disposições editalícias-legais, deve, de imediato, mandar apurar os fatos e, constatado o defeito apontado ensejador do desfazimento de ato, **deve revisá-lo para sua conformação com a lei – assim é o seu poder-dever de agir.**

Nesse sentido a Súmula nº473 do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL:

“ A Administração pode anular os seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los por motivo de conveniência e oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial”

Noutro diapasão, é corrente que ato administrativo praticado em desacordo com o ordenamento jurídico é inválido. Porque sempre é inválido o ato que, ao nascer, afrontou as prescrições legais - carece de legalidade e se ressentido de defeitos jurídicos.

Então, tendo o julgamento licitatório afrontado as regras editalícias, de forma mesmo inusitada e surpreendente, como no caso presente, se está diante de JULGAMENTO NULO. Em assim sendo, deve se refeito o julgamento, em homenagem aos comandos principiológicos do instituto das licitações.

A visão de Administração com natureza pública foi sintetizada com precisão pelo renomado jurista Celso Antônio Bandeira de Mello:

"A res pública não é propriedade pessoal dos administradores.

É a atividade do que não é proprietário - do que não tem a disposição da coisa ou do negócio administrativo

Estes simplesmente geram-na.

Nada mais lhes assiste que curar, do melhor modo possível, interesses de toda a coletividade. Os poderes que desfrutam justificam-se única e exclusivamente, como meios necessários ao cumprimento de certas finalidades que transcendem a interesses pessoais, individuais".

De sua parte o administrativista Cirne Lima, definiu em frases lapidares a essência da atividade administrativa:

"é a atividade do que não é senhor absoluto"

"na administração o dever e a finalidade são predominantes, no domínio a vontade"

"o fim e não a vontade domina todas as formas de administração, supões destarte a atividade administrativa a preexistência de uma regra jurídica recomendando-lhe uma finalidade própria"

“a relação de administração somente se nos depara, no plano das relações jurídicas, quando a finalidade a que a atividade administrativa se propõe, nos aparece defendida e protegida, pela ordem jurídica, contra o próprio agente e contra terceiros”

Uma vez que, conforme essas lições invocadas, em administração pública não se privilegia a vontade subjetiva do agente mas a finalidade tutelada pelo direito, compreende-se que o Administrador no trato de contratações públicas não desfrute de poderes para decidir a seu alvedrio com quem irá travar a relação contratual e/ou procedimentalização da licitação que por sua natureza e estritamente vinculada a Lei.

Decorre, imperioso, a revisão do julgamento havido que declarou **julgamento final contrário as provas nos autos e mesmo as regras que o presidem.** Na forma conduzida maculado foi a legalidade e a moralidade pública.

A correção do erro nessa via recursal é a única medida legal capaz de evitar a própria anulação da licitação na esfera judicial.

Por essas razões jurídicas, deve ser revisto o julgamento ora atacado, eis que o mesmo se revela contrário as regras editalícias e da legislação incidente.

Por fim, confiamos que Vossa Senhoria **determinará uma análise acurada do presente RECURSO ADMINISTRATIVO, com vistas à decisão justa que o caso requer.**

Por todas as razões anteriores, deve, por ser de direito e justiça, **ser esta Recorrente declarada VENCEDORA** no presente certame licitacional, **eis que, efetivamente, ofertou o melhor lance e**

apresentou todos os documentos de natureza habilitatória, observados os documentos nos autos dos licitantes em confronto com as regras editalícias-legais.

III - REQUERIMENTO

Por todo o exposto e, considerando os demais elevados suprimentos de Vossas Senhorias sobre a matéria, respeitosamente, **REQUER :**

A REAVALIAÇÃO DO JULGAMENTO PROFERIDO, PARA RECONHECENDO-SE O ERRO DE JULGAMENTO HAVIDO, **DECLARAR INABILITADA/DESCCLASSIFICADA AS LICITANTES MACROMAQ E QUALITY POR DESCUMPRIMENTO DO EDITAL,** AO AMPARO DAS REGRAS EDITALÍCIAS-LEGAIS INCIDENTES. ISSO EM HOMENAGEM À LEGALIDADE QUE DEVE PERMEAR O PRESENTE CERTAME LICITATÓRIO.

É o que se requer, respeitosamente.

PEDE E ESPERA DEFERIMENTO.

Porto Alegre, 11 de agosto de 2014.



LOCADORA DE VEÍCULOS SANTA CRUZ LTDA

Isaac da Silva Martins

RG 3090617568

DOC.01



Florianópolis, 04 de agosto de 2014.

REF. PREGÃO PRESENCIAL Nº 081/2014 - ESCLARECIMENTO Nº 02

Prezados Licitantes, segue esclarecimentos:

Questionamento 1 – No item 1 do anexo I – especificações técnicas dos veículos, solicita que os veículos possuam entre suas características mínimas os seguintes itens:

Questionamento 1.1 – Item 1.1.22 – Acionamento elétrico de fábrica dos vidros – gostaríamos de esclarecimentos em relação a quantidade dos vidros com esses equipamentos, como os veículos deverão possuir 4 portas esse equipamento deverá ser nas quatro portas ou nas duas dianteiras?

Resposta: Acionamento elétrico de fábrica dos vidros em todas as portas.

Questionamento 1.2 – Item 1.1.27 – Calha de chuva – Os veículos foram solicitados com ar condicionado de fábrica, portando sendo desnecessário a utilização de calha de chuva, uma vez que este equipamento é utilizado para evitar que a chuva entre no veículo, como os veículos possuirão ar condicionado, esse equipamento ficará obsoleto, somente agregando custo ao processo de precificação da locadora o que certamente encarecerá o custo da locação mensal, sem esse equipamento o maior beneficiado com o menor preço será a CASAN, solicitamos informações da real necessidade desse equipamento.

Resposta: Procedente, será aceito com ou sem calha de chuva.

Questionamento 2 – No item 2 do anexo I – especificações técnicas dos veículos, solicita que os veículos possuam entre suas características mínimas os seguintes itens:

Questionamento 2.1 – Item 2.1.10 – Volume mínimo da Caçamba – Nesse item solicita somente volume mínimo de 900 litros na caçamba o que exclui diversos veículos para cotação, poderiam informar qual o peso carga necessário para o modelo?

Resposta: O volume mínimo de 900litros se refere a capacidade mínima de carga, ou seja, 900kg.

Questionamento 2.2 – Item 2.1.19 – Vidros Verdes – Nesse item solicita veículo com vidros verdes com 75% de transparência, mas nesse modelo de pick-ups com 900 litros não possui tal item solicitado, solicitamos informações da real necessidade desse equipamento.

Resposta: De acordo com a Legislação de Transito Brasileira, 75% de transparência para o parabrisa, os demais com insulfilm G35

Questionamento 2.3 – Item 2.1.21 – Calha de chuva – Os veículos foram solicitados com ar condicionado de fábrica, portando sendo desnecessário a utilização de calha de chuva, uma vez que este equipamento é utilizado para evitar que a chuva entre no veículo, como os veículos possuirão ar condicionado, esse equipamento ficará obsoleto, somente agregando custo ao processo de precificação da locadora o que certamente encarecerá o custo da locação mensal, sem esse equipamento o maior beneficiado com o menor preço será a CASAN, solicitamos informações da real necessidade desse equipamento.

Resposta: Procedente, será aceito com ou sem calha de chuva.

Questionamento 2.4 – Item 2.1.28 – Assoalho revestido com manta de borracha de 8.0 mm de espessura – Os veículos foram solicitados com protetor de caçamba no item 2.1.27, esse equipamento ficará obsoleto, somente agregando custo ao processo de precificação da locadora o que certamente encarecerá o custo da locação mensal, sem esse equipamento, o maior beneficiado com o menor preço será a CASAN, solicitamos informações da real necessidade desse equipamento.

Resposta: A manta emborracha é necessário, pois o compartimento de carga será submetido a vários tipos de carga e material, além de proteger o assoalho da caçamba, dará acabamento liso na superfície do assoalho facilitando na remoção de material.



Questionamento 3 – No item 3 do anexo I – especificações técnicas dos veículos, solicita que os veículos possuam entre suas características mínimas os seguintes itens:

Questionamento 3.1 – Item 3.1.11 – Duas portas Laterais e portas traseiras bipartidas assimétrica, sem vidros e com abertura mínima de 90° a 180° – Os veículos dessas características, no caso de veículos modelo furgão, também possuem além dessas portas a porta lateral de corrediça, solicitamos esclarecimento para esse item, se terá a necessidade dessa porta lateral.

Resposta: São duas portas laterais na cabine (motorista e passageiro), no compartimento de carga, uma porta corrediça na lateral (lado passageiro) e portas (tampas) traseiras bipartidas assimétrica, sem vidros e com abertura mínima de 90° a 180°.

Questionamento 3.2 – Item 3.1.20 – Travas elétricas nas portas – Quais as portas necessitam desses equipamentos, haja vista que esses veículos possuem portas laterais traseiras e dianteiras?

Resposta: Travas elétricas em todas as portas (portas da cabine, laterais e traseira).

Questionamento 3.3 – Item 3.1.28 – Calha de chuva – Os veículos foram solicitados com ar condicionado de fábrica, portando sendo desnecessário a utilização de calha de chuva, uma vez que este equipamento é utilizado para evitar que a chuva entre no veículo, como os veículos possuirão ar condicionado, esse equipamento ficará obsoleto, somente agregando custo ao processo de precificação da locadora o que certamente encarecerá o custo da locação mensal, sem esse equipamento o maior beneficiado com o menor preço será a CASAN, solicitamos informações da real necessidade desse equipamento.

Resposta: Procedente, será aceito com ou sem calha de chuva.

Questionamento 4 – No item 4 do anexo I – especificações técnicas dos veículos, solicita que os veículos possuam entre suas características mínimas os seguintes itens:

Questionamento 4.1 – Item 4.1.11 – Duas portas Laterais e portas traseiras bipartidas assimétrica, sem vidros e com abertura mínima de 90° a 180° – Os veículos dessas características, no caso de veículos modelo furgão, também possuem além dessas portas a porta lateral de corrediça, solicitamos esclarecimento para esse item, se terá a necessidade dessa porta lateral.

Resposta: São duas portas laterais na cabine (motorista e passageiro), no compartimento de carga, somente portas (tampas) traseiras bipartidas assimétrica, sem vidros e com abertura mínima de 90° a 180°.

Questionamento 4.2 – Item 4.1.20 – Travas elétricas nas portas – Quais as portas necessitam desses equipamentos, haja vista que esses veículos possuem portas laterais traseiras e dianteiras?

Resposta: Travas elétricas em todas as portas (portas da cabine e traseira)

Questionamento 4.3 – Item 4.1.28 – Calha de chuva – Os veículos foram solicitados com ar condicionado de fábrica, portando sendo desnecessário a utilização de calha de chuva, uma vez que este equipamento é utilizado para evitar que a chuva entre no veículo, como os veículos possuirão ar condicionado, esse equipamento ficará obsoleto, somente agregando custo ao processo de precificação da locadora o que certamente encarecerá o custo da locação mensal, sem esse equipamento o maior beneficiado com o menor preço será a CASAN, solicitamos informações da real necessidade desse equipamento.

Resposta: Procedente, será aceito com ou sem calha de chuva.

Questionamento 5 – Na página 27 do edital, onde há a descrição do veículo do item 01, no subitem 1.1.22, tem o seguinte texto: "Acionamento elétrico de fábrica dos vidros;" Gostaria de saber se vocês querem o veículo com acionamento elétrico dos vidros nas 04 portas ou somente nas 02 portas dianteiras?

Resposta: Acionamento elétrico de fábrica dos vidros em todas as portas.

Questionamento 6 – Qual o prazo de entrega dos veículos?

Resposta: Será aceito prazo de entrega até 30 dias após a Autorização de Fornecimento (AF).

Para o item 4 do lote poderá ser prorrogado por igual período, desde que solicitado e com anuência da CASAN.



COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES – GLI
DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – DICOL

Página 3 de 3

Demais esclarecimentos aos licitantes interessados em participar do certame.

Solicitamos que estejam atentos a alguns tópicos do **Anexo V – Termo de Referência para perfeita execução do contrato:**

Com relação ao **item 4** :

- 1- Todos os veículos entregues **deverão** estar emplacados no **Estado de Santa Catarina**;
- 2- A documentação do veículo **deverá** estar em nome licitante vencedora. Caso os veículos possuam algum tipo de alienação, a licitante deverá ler atentamente as letras “a” e “b” do **item 4.2**.
- 3- **Não** será aceita **sublocação** do objeto licitado.

Com relação ao **item 6** :

- 1- Dispor de **Sistema de Gerenciamento de Frota Informatizado (em plataforma WEB)**.
- 2- Indicar preposto.
- 3- **Permitir** que seja **alterado** o local de lotação dos veículos.
- 4- Substituir os veículos com mais de 2 anos de uso ou com quilometragem de no máximo 100.000km.
- 5- Ficar atento a reposição do veículo da mesma categoria, ano/modelo em no máximo 4 horas após a comunicação.
- 6- Manter assistência 24 horas (**item 6.19**)
- 7- **Manter parcerias para atendimento de manutenção dos veículos locados nas cidades onde os mesmos estão lotados, fornecendo para a CASAN o nome, endereço, telefone e pessoa de contato dos postos de serviços e oficinas mecânicas contratadas, cuja relação deverá ficar no veículo em local de fácil visualização pelo usuário. (item 6.20).**
- 8- Providenciar seguro total (**item 6.21**).
- 9- Entregar ou recolher o veículo em local designado pela CASAN (**item 6.28**).
- 10- Da substituição do veículo (**item 6.33**).
- 11- Dos locais das entregas dos veículos (**item 6.35**).

Com relação ao prazo de entrega dos veículos, os mesmos **deverão ser entregues até 30 dias após a Autorização de Fornecimento (AF)**. Para o **item 4** do lote poderá ser prorrogado por igual período, desde que solicitado e com anuência da CASAN.

Em atenção ao Edital – Qualificação Técnica – Item 9.5

O Atestado de Capacidade Técnica deve comprovar “já ter executado contrato de locação de no mínimo 106 (cento e seis veículos) por no mínimo 01 (um) ano, pertinente e compatível com as Especificações Técnicas descritas no ANEXO V”.

Em atenção ao Quadro de Proposta – Anexo I

11.2.1. O desconto obtido na fase de disputa deverá ser aplicado pela vencedora para cada item do lote.

Ou seja, após a disputa de lances, o desconto obtido deverá ser proporcional a cada item do Quadro de Proposta.

Adolfo Curotto Martins
PREGOEIRO

Thyara De Nez Eick
GAD/DITRA